



# 2004

Discursos do Presidente da Liga dos Combatentes

## ÍNDICE

(Clicar com o rato na data para abrir o discurso pretendido)

[09.04.2004](#) – Dia Nacional do Combatente

[22.04.2004](#) – Visita do Primeiro-ministro, Durão Barroso à LC

[16.10.2004](#) – 81.º Aniversário da Liga dos Combatentes

## DIA NACIONAL DO COMBATENTE

9 de abril de 2004

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Neste lugar e neste momento, celebramos o Dia dos Combatentes por Portugal. Evocamos o 86º aniversário da Batalha de La Lys, a 68.ª Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido e os momentos difíceis que a maior parte de nós viveu na Ásia e em África, ou está vivendo nas operações de paz, onde quer que elas decorram.

Neste ano e neste mês de abril evocamos também o 30.º aniversário da Democracia em Portugal. A todos, o nosso reconhecimento por se dignarem estar connosco celebrando mais um 9 de abril.

Senhor Presidente da República, e Presidente de Honra do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes, a presença nesta cerimónia de Vossa Excelência tem para os Combatentes o mais alto e reconfortante significado. Ela transporta até nós a agradável presença de todos os portugueses e, com ela, a simbólica presença de todos os Combatentes por Portugal. As Associações de Combatentes, em nome das quais tomo a palavra e que decidiram, conjuntamente com a Liga dos Combatentes, comemorar neste dia o Dia do Combatente, agradecem a presença do mais alto responsável da República Portuguesa, neste momento sempre único, solene e regenerador para os Combatentes.

Sendo as Forças Morais dos portugueses o fator decisivo capaz de potencializar as Forças Materiais à disposição de Portugal, conte Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, com o contributo dos Valores Morais dos Combatentes, para fazer sorrir Portugal. Seja Portugal Europeu, Portugal Atlântico, Portugal Ibérico ou Portugal no Mundo. Mas sempre Portugal Substantivo. Os Combatentes sabem bater-se com determinação pelos seus direitos, mas sabem também que têm o dever inalienável de, acima de tudo, manterem a serenidade e colocarem a sua reserva moral e disponibilidade permanente ao serviço da Sociedade Civil e de Portugal do futuro.

A união dos Portugueses e dos seus legítimos representantes na prossecução dos grandes desígnios do país deve fortalecer-se em torno de grandes objetivos, grandes valores e grandes símbolos. Os Combatentes reconhecem-nos com facilidade e sabem neles rever-se, especialmente nos momentos mais difíceis.

Não somos, porém, dos que constantemente suspiram pelas glórias do passado remontáveis à partida das caravelas para a Índia, a que Eça de Queirós chamava de "patriotaças". Preferimos ser daqueles que, revendo-se na nossa História, desejam o progresso para Portugal e a que o mesmo Eça de Queirós chamava de patriotas.

O Governo, através do senhor Primeiro-Ministro, cumprindo um objetivo que vinha enunciando, acaba de informar os portugueses da resolução de uma das maiores aspirações dos Combatentes: a contagem do tempo de serviço militar prestado em "perigos e guerras esforçados" para efeitos de reforma. Tendo em consideração as disponibilidades do país e os circunstancialismos da Lei 9/2002, acreditamos que foi encontrada uma solução abrangente, socialmente justa e que permita celeridade na sua aplicação. Também por isso hoje é um dia importante para os Combatentes.

Este lugar ímpar da Batalha, onde o sentimento de Vitória coletiva se cruza com o sentimento de respeito pelos que sucumbiram em defesa da Pátria e se foram da lei da morte libertando ao longo da nossa História, é sempre um encontro e reencontro com esses valores e esses símbolos. Como o são Ourique, Aljubarrota, La Lys ou Nambuangongo.

Há precisamente dez anos que neste lugar, onde a História de Portugal tem uma leitura de vitórias conhecidas, mas também de dores sentidas, que Agustina Bessa Luís afirmava:

"Debaixo desta abóbada lendária estão as esperanças de um povo que a lei da morte não venceu. Aqui estão sepultados dois combatentes portugueses. Não podemos saber quem foram. Se eram jovens, ainda mal informados da obrigação das leis e das peripécias felizes da vida; ou se eram já entrados no caminho do cidadão, submetidos aos chefes e aos magistrados, vencendo em cada dia uma luta entre o lar e a profissão. Não sabemos nada destes soldados. Não sabemos se foram amados, quem os chorou e esqueceu.

Talvez tivessem uma infância de pastores e soubessem de tempestades nos cerros mais elevados de Portugal. A sua memória confunde-se na reflexão sobre a sua origem. Mas a sua imortalidade ultrapassa o que foi a sua humilde condição. Se nos despojos de uma criatura subsiste algo da sua força vital, estes ossos aqui sepultados são ainda homens vivos"

Caros e dignos Combatentes, é neste Mosteiro da Batalha,

*Renda de pedra lisa, dura e fria,  
Histórico túmulo do passado,  
Hoje, alma lendária, sã nostalgia,  
Alimento dos que se erguem a seu lado,*

que celebramos, com todos aqueles "Homens Vivos" em todo o Portugal e neste lugar sagrado, o Dia do Combatente. Do Combatente por Portugal do Futuro.

DIA NACIONAL DO COMBATENTE

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

## VISITA DE S. EX.<sup>a</sup> O PRIMEIRO-MINISTRO, DR. DURÃO BARROSO À SEDE DA LIGA DOS COMBATENTES

22 de abril de 2004

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

A Liga dos Combatentes tem hoje a honra de receber, na sua sede, V. Ex.<sup>a</sup> Senhor Primeiro Ministro de Portugal, acompanhado dos Senhores Ministros mais representativos do Governo e do Conselho de Ministros.

É um momento não só honroso, mas histórico para uma instituição que, estando a comemorar o seu 80.<sup>o</sup> aniversário, sabe distinguir entre as visitas de cortesia e as presenças importantes, verdadeiramente históricas. Num momento em que se celebra o trigésimo aniversário da democracia em Portugal, escolheu V. Ex.<sup>a</sup> a Liga dos Combatentes para transmitir aos combatentes, informações de elevado significado no âmbito da regulamentação da lei 9/2002.

A leitura dos motivos dessa escolha fá-la-ão os combatentes, nas páginas da nossa História quase secular, nas páginas dos valores, da luta e dos objetivos do presente e na certeza da nossa perenidade no futuro. Neste importante momento para a Liga dos Combatentes e para os combatentes em geral, pressente-se o reconhecimento do Governo de Portugal pela obra insigne desenvolvida por esta instituição ao longo das últimas oito décadas.

Promovemos a presença nesta sala não só de elementos de todos os corpos sociais e núcleos da Liga dos Combatentes, mas também dos legítimos representantes e delegações das Associações de Combatentes que mais estudaram, lutaram e se pronunciaram tendo em vista a resolução de um problema que afeta há décadas, os que em missão de soberania se bateram por Portugal, em “perigos e guerras esforçados”, em África, na Ásia e na Oceânia.

Sendo Presidente da Liga de Combatentes há cerca de um ano, é desse período que, sobre o assunto, gostaria de dar testemunho da forma independente que nos caracteriza. Assistimos, nesse período, da parte do Ministério da Defesa Nacional, nomeadamente do senhor Ministro da Defesa e Secretário de Estado, ao desenvolvimento de ações concretas, de verdadeiro empenhamento, no sentido de criar condições que permitissem a aplicação da lei 9/2002, algumas das quais estão ainda em curso.

Assistimos paralelamente, face ao tempo que decorria e à reduzida e contraditória informação que ia surgindo, à instalação, por vezes, de um clima algo preocupante de descrédito, de dúvida e de ansiedade em alguns sectores de vários núcleos e associações de combatentes. Ultimamente, com o assunto em discussão na Assembleia da República, o tempo parecia correr a favor dos que viam razão para terem dúvidas quanto à possibilidade de concretização dos objetivos do governo e das justas aspirações dos combatentes, no que se refere à contagem do tempo de serviço no ex-ultramar, para efeitos de reforma.

As dúvidas vieram a dissipar-se com a recente intervenção do Senhor Primeiro Ministro sobre o assunto, confirmando declarações anteriores do senhor Ministro da Defesa. Hoje acreditamos sair daqui com a certeza de uma promessa do governo cumprida. A complexidade deste problema, é facilmente perceptível por qualquer pessoa minimamente atenta, dada a sua dimensão humana, dimensão social e meios financeiros envolvidos.

Gostaria de testemunhar à senhora Ministra das Finanças e ao senhor Ministro do Trabalho e Segurança Social, o nosso apreço pelo contributo dado para a sua solução.

Senhor Primeiro Ministro

Os sentimentos de regozijo e de satisfação de o termos entre nós, serão com certeza reforçados com os resultados da comunicação de V. Ex.<sup>ª</sup>, por que todos ansiamos.

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

## 81.º ANIVERSÁRIO DA LIGA DOS COMBATENTES

16 de outubro de 2004

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Senhor Ministro de Estado, da Defesa Nacional e do Mar Dr. Paulo Sacadura Cabral Portas

Digna-se V. Ex.<sup>a</sup> presidir a mais uma cerimónia comemorativa do aniversário da Liga dos Combatentes. Estamos por isso reconhecidos, mas não surpreendidos. Primeiro, porque é público o interesse que tem demonstrado pelos problemas dos Combatentes. Depois, porque fá-lo na tripla qualidade de Ministro, Membro Honorário do Conselho Supremo e Sócio da Liga dos Combatentes.

Senhor Almirante Chefe do Estado-maior da Armada,  
Senhor Tenente-general Vice-Chefe do Estado-maior do Exército,  
Senhor Tenente-general representante do Senhor Almirante CEMGFA e do Senhor General Chefe do Estado-maior da Força Aérea.

A vossa presença, como responsáveis superiores das Forças Armadas, é para nós um incentivo e um exemplo aos Combatentes de hoje para que ainda em maior número se associem à Liga dos Combatentes e nela caldeiem os ideais e a irreverência da Juventude, com o saber dos seus Comandantes e a experiência dos Antigos Combatentes na permanente defesa dos valores e da solidariedade.

Um agradecimento especial pelo apoio real que têm dado às atividades promovidas pela Liga dos Combatentes.

Excelência Reverendíssima Senhor Bispo das Forças Armadas e de Segurança, D. Januário Torgal Ferreira.

A vossa presença traz, à memória de nós, a memória espiritual do Cristo das Trincheiras e do Cristo das Florestas Tropicais. A guerra é talvez um dos fenómenos que mais aproxima o Homem de Deus. Em especial quando, nos momentos de maior perigo, lhe suplica que acabe com ela! Muito obrigado pela possibilidade que nos dá de podermos, por seu intermédio, testemunhar superiormente que, por muito que nos aproxime de Deus, odiamos a guerra e amamos Portugal e a Paz.

Senhor Governador Civil de Lisboa  
Senhor Vereador representante do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa  
Senhor Tenente-General Governador Militar de Lisboa  
Senhor General Presidente do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes  
Senhores Almirantes, senhores Generais e senhores Diretores-Gerais  
Senhores Presidentes de Associações de Combatentes  
Ilustres Convidados  
Minhas Senhoras e meus Senhores  
Dignos e Ilustres Combatentes

Os nossos sinceros agradecimentos por estarem connosco neste dia festivo.

Permitam-me em primeiro lugar que agradeça publicamente ao orador que me precedeu, o Senhor Coronel José Antunes Calçada, pela prontidão com que aceitou ao nosso convite para aqui proferir uma oração como combatente de hoje. Como tenho afirmado, a Liga dos Combatentes revê-se no passado, no presente e tem sentido prospetivo do seu futuro.

Em segundo lugar que me dirija ao Dr. Bogarim, aqui em representação do Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Dr. Henrique de Freitas, antigo Secretário de Estado da Defesa e dos Antigos Combatentes, salientando o esforço por ele despendido na resolução de problemas dos Combatentes e na preocupação permanente na dignificação das cerimónias da Liga dos Combatentes.

Meus senhores e minhas senhoras.

Perfazemos hoje 81 anos de vida, sempre, por um lado, dignificando e fazendo reviver os valores permanentes nacionais e, por outro, apelando e cultivando a solidariedade e o apoio mútuo.

Ao longo da nossa história, o balanço entre dois grandes objetivos é francamente positivo para ambos, o que foi a seu tempo oficialmente reconhecido pelas mais altas e honrosas condecorações concedidas e hoje ostentadas pelo estandarte da Liga dos Combatentes: a Comenda da Ordem Militar de Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito; a Cruz de Guerra de 1.ª Classe; a Comenda da Ordem de Benemerência; e Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique. Não haverá em Portugal instituição que melhor saiba recordar e honrar os seus heróis e os seus mortos, em cerimónias significativas ao longo de todo o ano e ao longo de todo o país. Dos seus e dos que um dia em situação difícil, reconheceram ser a Liga dos Combatentes a instituição capaz de ser a guardiã dos seus haveres, suas tradições e sua memória.

Assim aconteceu com a Junta Patriótica do Norte, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, a Comissão dos Padrões da Grande Guerra e, por último e já após o 25 de Abril, a União dos Inválidos de Guerra. Sempre fomos e queremos continuar a ser a instituição onde, quer individualmente quer coletivamente, os Combatentes e as organizações que os congregam recorrem em momentos difíceis, confiando à Liga a continuidade e defesa dos seus valores e objetivos.

Hoje, neste dia de mais de um aniversário coletivo, daremos ênfase ao presente e a projetos do futuro.

Não podemos deixar de fazer referência a um assunto atual e que percorre os sentimentos e as expectativas de todos os antigos Combatentes. O cumprimento da Lei 9/2002. Embora com alguns pontos que o tempo e os homens um dia se encarregarão de continuar a sublinhar, a Lei, com o esforço reconhecido dos dois últimos governos foi, ao contrário do que por vezes acontece, regulamentada e começou a ser executada. Finalmente o Estado reconheceu que o tempo passado por milhares de portugueses, em “perigos e guerras esforçados” na chamada guerra colonial ou guerra do ultramar, existiu. De facto, o Estado passou a reconhecê-lo, sem que ao Combatente tenha que ser pedido, para além do sacrifício inicial que foi o da guerra, um segundo sacrifício, o financeiro, para que daquele tempo pudesse tirar alguma utilidade para si próprio. O tempo vai ser contado para a reforma, com a percentagem de aumento correspondente, sem ter que ser pago e quem o pagou será ressarcido. Esta para nós, a grande mais-valia desta Lei. Para além disso, a Lei estabelece de forma equitativa um complemento de pensão. Complemento que, sendo abrangente, é simbólico para uns e útil para muitos milhares.

Importa, porém, tudo fazer para que seja garantido o princípio da não caducidade do direito. Trinta anos depois da guerra, como Presidente da Liga dos Combatentes, é significativo para nós viver este momento que, não deixando de representar mais um esforço pedido aos portugueses, representa igualmente o seu reconhecimento e do seu governo, pelo que teve que fazer uma boa parte dos seus melhores, ao longo de treze anos, em defesa dos interesses então politicamente considerados vitais para Portugal.

No âmbito interno importa que, mantendo-se a ação e cuidados na defesa dos valores históricos e culturais, onde inserimos o Programa “Liga Cemitérios e Talhões” para a identificação e dignificação dos militares portugueses mortos e sepultados nos vários cantos do mundo, exerçamos o esforço no campo da solidariedade social e apoio mútuo. Não tem sido nada fácil, no presente, materializar em nível satisfatório esta intenção. Se o reconhecimento, culto e defesa dos valores exige força moral e anímica de carácter subjetivo, a solidariedade exige força material e tem um carácter objetivo e muito concreto.

Se somos grandes no culto dos heróis e dos mortos pela Pátria, já o mesmo não podemos afirmar no que diz respeito às nossas obrigações no campo da solidariedade. Fazemos muito. Mas não temos os meios humanos e materiais necessários para nos sentirmos satisfeitos no cumprimento desta finalidade. Daí que seja nosso objetivo dar um significativo impulso à Solidariedade social, para que os vivos, em especial os mais idosos, sejam apoiados, e os mais necessitados possam dormir mais tranquilos. Sentindo que, se após a morte, sabem já que a Liga dos Combatentes jamais os deixará esquecer, em vida algumas condições terão que ser reunidas para que tenham um resto de vida digno.

Definimos no nosso Plano de Ação o Programa “Liga Solidária”. Consta do apoio à Idade de Ouro e define como objetivo imediato a criação de Três Centros de Apoio ao Combatente, um no Norte, um no Centro e outro no Sul do País, tendo em vista o apoio à terceira idade. Oliveira de Azeméis, Covilhã e Estremoz, dispõem já do apoio das Câmaras locais, com cedência de terreno para o efeito, estão elaborados os projetos e desenvolvem-se as candidaturas para apoios europeus e estatais.

A Liga dos Combatentes cumpre todas as exigências de uma Instituição de Solidariedade Social e, por isso, espera obter todo o apoio político e financeiro da Europa e do governo para que este objetivo possa ser atingido. No âmbito da Solidariedade visa também, no âmbito desse Programa, pôr à disposição de todos os Combatentes e suas famílias as condições oferecidas pela Casa dos Filhos do Combatente existente no Porto, ampliando assim o universo dos potenciais utilizadores. Para tal importa reunir meios para a melhoria da inovação e da nossa organização, por forma a garantir estudos e aconselhamento.

Criámos assim Centros de Estudo e Aconselhamento no âmbito Médico, Psicológico e de Apoio Social, do âmbito Jurídico, e do âmbito da Cultura da Cidadania e da Defesa. Todos formados por ilustres sócios, todos eles voluntários, na mesma linha dos que, desde a Direção Central até ao Núcleo mais longínquo, dedicadamente o fazem. Mas, ao incentivarmos a Solidariedade no âmbito interno para com os Combatentes temos igualmente que colocar as suas potencialidades de solidariedade, enquanto membros da Liga, para com a sociedade em geral. Não podemos ser uma Instituição virada única e exclusivamente para o nosso interior e para os nossos problemas. Temos que continuar a ser úteis à sociedade em que nos inserimos. É assim que a Liga dos Combatentes vem incentivando os seus sócios para que, com os seus Núcleos, para além do aprofundamento do espírito de defesa, em especial junto da juventude, desenvolvam ações, voluntárias, mas



organizadas, em colaboração com as entidades competentes em áreas como o apoio à prevenção e vigilância de fogos florestais, da proteção de ambiente e da dádiva de sangue.

Senhor Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar:

Há um ano, com a presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, abriu-se ao público o Forte do Bom Sucesso, estrutura hoje inseparável do Monumento aos Combatentes do Ultramar que temos na nossa frente e que, simbolicamente, parece abraçar e proteger. Como lugar envolvente do monumento tem que ser complementar, útil e tão digno como o próprio monumento. Este Monumento e este Forte são para nós o ex-líbris dos 150 Monumentos e 250 talhões espalhados pelo país e outros pelo mundo, pelos quais somos moral e institucionalmente responsáveis, qualquer que tenha sido o impulsionador, o escultor, o construtor, o local do país onde brotou ou quem o inaugurou. Desse legado da história e da respetiva responsabilidade não abdicamos e temo-lo feito com reconhecimento geral, necessitando de apoios e centrais para continuar a fazê-lo. No corrente ano tem estado a ser consolidada a primeira fase da recuperação e manutenção do Forte. O desenvolvimento da segunda fase é nosso objetivo imediato. O projeto está elaborado e quantificado. Temos fundadas esperanças que, dentro de um ano, seja possível aos Combatentes ter a área do Forte do Bom Sucesso como ponto de convívio, de promoção da história e cultura militares, de apoio complementar aos encontros que fazem junto ao Monumento dos seus mortos. Simultaneamente enquadrá-lo na área turística envolvente, passando este conjunto a ser mais um ponto de atração da área mais nobre da Lisboa.

Com o vosso apoio, senhor Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, será possível fazê-lo.

Termino agradecendo a presença de todos, garantindo o nosso voluntário empenho na prossecução dos objetivos estatutários da Liga dos Combatentes, lutando pelos direitos dos seus sócios e dos Combatentes em geral e apelando permanentemente para o cumprimento dos seus deveres.

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general